

CONCURSO PÚBLICO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO DE AVAC

Artigo 1.º - Objeto do procedimento

1 - Constitui objeto do presente Concurso Público a **Aquisição de serviços de manutenção de equipamento de AVAC**, de acordo com o definido na PARTE II- CLÁUSULAS TÉCNICAS do Caderno de Encargos.

2 - A presente prestação de serviços encontra-se classificada no “Vocabulário Comum para os Contratos Públicos” (CPV):

a) Vocabulário principal: 50720000-8 - Serviços de reparação e manutenção de aquecimento central.

Artigo 2.º - Tipo de Procedimento

Concurso público, ao abrigo do disposto na alínea b), do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 3.º - Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Amarante, pessoa coletiva de direito público de base territorial, NIF 501102752, com sede na Alameda Teixeira de Pascoaes, 4600-011 Amarante, nº de telefone 255420200, Fax nº 255420201, correio eletrónico geral@cm-amarante.pt.

Artigo 4.º - Órgão responsável pela decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Amarante, no exercício das competências conjugadas no artigo 18.º, n.º 1, al. a) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8/6 e artigo 35.º, n.º 1, al. f) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9.

Artigo 5.º - Disponibilização das peças do procedimento

1 - O meio eletrónico de fornecimento das peças do procedimento é a plataforma eletrónica de contratação pública, acinGov, acessível através do sítio eletrónico <https://www.acingov.pt/>, designado para efeitos do presente Programa de Procedimento por Plataforma acinGov, onde será integralmente disponibilizado todo o processo do procedimento, este acesso é gratuito e permite efetuar a consulta e o download gratuito das peças do procedimento.

2 - O processo administrativo do concurso encontra-se disponível na Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento, localizada na sede da entidade adjudicante, onde pode ser examinado, durante as horas de expediente (das 9h às 12:30h e das 13:30h às 17:00h), desde a data de publicação do respetivo anúncio até ao dia e hora limite para entrega das propostas.

Artigo 6.º - Ajuste Direto

Fica expressamente prevista a possibilidade de adoção do ajuste direto nos termos do disposto na alínea a) e b), n.º 1, do art.º 24.º do CCP.

Artigo 7.º - Concorrentes

1 - Podem apresentar propostas ou integrar qualquer agrupamento as entidades, nacionais ou estrangeiras, que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.

2 - É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, o qual deve assumir a forma jurídica de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, quando lhe for adjudicado o contrato.

3 - Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.

Artigo 8.º - Agrupamentos

1 - Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

2 - Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto no CCP, nem integrar outro agrupamento candidato ou outro agrupamento concorrente.

3 - Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

4 - Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.

Artigo 9.º - Apresentação de propostas

1 - As propostas devem apresentar indicação do preço total para cada lote a que pretendam concorrer, e os documentos que as acompanham devem, nos termos do artigo 62º do Código dos Contratos Públicos, ser apresentadas no portal www.acingov.pt, até às **23h59m do 8.º dia** a contar da data do envio para publicação do presente concurso no Diário da República.

2 - A data limite fixada no número anterior pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o programa do procedimento, o caderno de encargos ou os esclarecimentos solicitados não puderem ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.

3 - A prorrogação de prazo prevista no número anterior aproveita a todos os interessados.

Artigo 10.º - Proposta

- 1 - A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
- 2 - Na proposta os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados na Cláusula seguinte, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos.
- 3 - Na proposta o concorrente pode especificar aspectos que considere relevantes para a apreciação da mesma.

Artigo 11.º - Documentos que acompanham a proposta

- 1 - A proposta do concorrente é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP, ao presente Programa de Procedimento, do qual faz parte integrante. Esta declaração deve ser assinada pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar;
 - b) Proposta de preço (IVA excluído) com indicação do preço total, bem como a indicação dos preços unitários;
 - c) A lista de artigos constante no caderno de encargos deverá obrigatoriamente ser preenchida;
 - d) Cópia da Certidão Permanente, sendo a sua apresentação de carácter obrigatório, sob pena de exclusão;
 - e) Declaração de inexistência de impedimentos, disponível na plataforma junto às peças de procedimento, sendo a sua apresentação de carácter obrigatório, sob pena de exclusão;
 - f) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis.
- 2 - Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a) do número 1, bem como todos os documentos que constituem a proposta, devem ser assinados eletronicamente (assinatura digital qualificada) pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
- 3 - No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta pode ser acompanhada de instrumentos de mandato, emitido por cada uma das entidades que o compõem, designando um representante comum para praticar todos os actos no âmbito do concurso.
- 4 - A declaração referida na alínea a) do número 1, bem como todos os documentos que constituem a proposta, devem ser assinados eletronicamente (assinatura digital qualificada) pelo concorrente ou seu representante que tenha poderes para o obrigar.

Artigo 12.º - Modo de apresentação das propostas

1 - A apresentação das propostas e os documentos que as acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir com o disposto nos seguintes pontos:

2 - Os interessados devem ter em atenção o tempo necessário à submissão e assinatura eletrónica das propostas e documentos que as acompanham em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que só serão admitidas as propostas cujo recibo eletrónico comprovativo comprove a submissão anterior à hora fixada.

3 - A proposta e os documentos que a constituem deverão ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, deve ser acompanhada de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

4 - A proposta será assinada pelo concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último poderes para o efeito, ou pública - forma da mesma, devidamente legalizada.

Artigo 13.º - Prazo de obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias úteis ou superior, contados a partir da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

Artigo 14.º - Preço base

O preço base, sendo o entendido como preço máximo que a entidade se dispõe a pagar pela totalidade dos serviços a executar no presente procedimento é de **40.000,00 € (Quarenta mil euros)**, ao qual acresce o IVA a taxa em vigor

Artigo 15.º - Critério de adjudicação

1 - A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade **monofator**, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, o preço, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 74.º do CCP.

2 - O critério de desempate nos termos do n.º 4 do artigo 74.º do CCP é a elaboração de sorteio a realizar em data e hora a indicar e após a convocação expressa dos concorrentes.

Artigo 16.º - Idioma

A proposta e os documentos que a acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o podendo ser, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Artigo 17.º - Propostas com variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 18.º - Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 19.º - Documentos de habilitação

1- O Adjudicatário, no prazo de **5 (cinco) dias** a contar da notificação de adjudicação, deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos,
- c) Declaração Registo Central de Beneficiário Efetivo atualizada, nos termos da Lei 89/2017, de 21 de agosto, com comprovativo da respetiva consulta;
- d) Apresentar um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas ou a certificação de que aquele se enquadra na exceção prevista na parte final do n.º 9 do artigo 81 do CCP (se aplicável).

2 - É ainda concedido o prazo de **2 (dois) dias**, para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar a caducidade da adjudicação nos termos do disposto no Artigo 86.º do CCP.

Artigo 20.º - Caução para garantir o cumprimento de obrigações

Não há lugar à prestação de caução.

Artigo 21.º - Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no caderno de encargos aplica-se o Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as devidas retificações, pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, o Código do Procedimento Administrativo e demais legislação aplicável.